



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Processos administrativos e valores. Ressarcimento de medicamentos. Informações fornecidas parcialmente. Recurso provido.

**DECISÃO OGE/LAI nº 080/2018**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, para informações sobre as medidas adotadas com base em Resolução da Pasta, a quantidade de processos administrativos abertos e os valores que foram objetos dessas medidas.
2. Em resposta, foram prestadas informações sobre as medidas adotadas e os valores envolvidos. O silêncio do ente em esfera recursal ensejou o apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta ficou-se silente.
4. Analisando-se o caso concreto aqui colacionado, conclui-se que a solicitação referente às medidas adotadas e aos valores envolvidos foi adequadamente respondida, nos termos da legislação vigente. O ente, entretanto, mesmo quando instado a sanar a supressão de instância pela OGE, deixou de fornecer as informações requeridas sobre o número de processos administrativos abertos, dado público submetido à regra geral de transparência.
5. Assim, parece haver informação disponível ainda não fornecida, a caracterizar a hipótese de provimento recursal constante no inciso I do artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012, sendo imprescindível a adequada complementação da resposta originalmente ofertada, informando-se a quantidade de processos administrativos abertos, ou atentando para a necessidade de justificativa em eventual caso de impossibilidade de atendimento da demanda, conforme a vigente Lei nº 12.527/2011.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Tendo em vista o atendimento parcial da demanda, restando ainda informações adicionais a serem prestadas, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011 e artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo o ente demandado, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011 e no aludido Decreto, conforme esta decisão.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 9 de março de 2018.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

MKL